

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO CONTÁBIL E FINANCEIRA – TURMA VIII**

**LUCAS DIEGO TOCCHETTO**

**ESCOLHAS CONTÁBEIS E ATIVOS BIOLÓGICOS:  
CATEGORIZAÇÃO POR INTERMÉDIO DO CPC 29**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**PATO BRANCO**

**2019**

**LUCAS DIEGO TOCCHETTO**

**ESCOLHAS CONTÁBEIS E ATIVOS BIOLÓGICOS:  
CATEGORIZAÇÃO POR INTERMÉDIO DO CPC 29**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Contábil e Financeira, do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus de Pato Branco

Orientadora: Prof. Ms. Luciane Dagostini

**PATO BRANCO**

**2019**



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
Departamento de Ciências Contábeis  
Especialização em Gestão Contábil e Financeira



### **TERMO DE APROVAÇÃO**

Escolhas Contábeis e Ativos Biológicos: Categorização Por Intermédio do CPC 29

Nome do aluno: **Lucas Diego Tocchetto**

Esta monografia de especialização foi apresentada às 18:00 horas, no dia 03 de outubro de 2019, como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Gestão Contábil e Financeira, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho

---

(Aprovado, Aprovado com restrições, ou Reprovado).

---

Profa. Me. Luciane Dagostini  
Orientadora

---

Prof. Dr. Sandro César Bortoluzzi  
Avaliador - UTFPR

---

Prof. Dr. Eliandro Schvirck  
Avaliador UTFPR

**OBS: O ORIGINAL ENCONTRA-SE ASSINADO NA COORDENAÇÃO**

## RESUMO

TOCCHETTO, Lucas Diego. Escolhas contábeis e ativos biológicos: uma categorização por intermédio do CPC 29. 2019. 36 folhas. Trabalho de conclusão de curso da Especialização em Gestão Contábil e Financeira. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, ano.

No contexto brasileiro, o agronegócio além de ser um setor eficiente e competitivo é uma atividade próspera, segura e rentável, acendendo excelentes oportunidades de investimento. Levando em consideração sua importância, esta pesquisa teve como objetivo verificar quais são as escolhas contábeis, referente a ativos biológicos, realizadas pelas empresas do setor de Consumo Não Cíclico, dos segmentos de Agricultura, Açúcar e Alcool e Carnes e Derivados da bolsa de valores brasileira B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). No que diz respeito aos procedimentos metodológicos empregados, quanto ao objetivo classifica-se como descritiva, quanto a abordagem como qualitativa, desenvolvida por meio de procedimento documental, baseada nas informações das demonstrações financeiras e notas explicativas publicadas pelas empresas. A análise desta pesquisa percorreu por três categorias provenientes do CPC 29, organizando as informações coletadas em tópicos referentes à caracterização resultante em: reconhecimento e mensuração, perdas e ganho e divulgação. Como resultado evidenciou que na categoria de reconhecimento e mensuração, as empresas analisadas avaliam, em sua maioria, os ativos pelo seu valor justo e identificou-se dificuldades em evidenciar os agrupamentos realizados pelas companhias. Na categoria reconhecimento de perdas e ganhos, a metade das empresas não realizam tal reconhecimento, sendo que as demais reconhecem as perdas e ganhos nos momentos de avaliação do valor justo e no momento em que ocorrem a redução ou aumento da receita. A categoria de divulgação foi a menos cumprida pelas empresas, sendo que apenas três das dez empresas fizeram a distinção de grupo em consumíveis e para produção, ou em maduro e imaturo.

**Palavras-chave:** Escolhas Contábeis, Ativo Biológico, CPC 29.

## ABSTRACT

TOCCHETTO, Lucas Diego. Accounting choices and biological assets: a categorization using CPC 29. 2019. 36 sheets. Final work of the Specialization in Accounting and Financial Management. Federal Technological University of Paraná, Pato Branco, year

In the Brazilian context, agribusiness, in addition to being an efficient and competitive sector, is a prosperous, safe and profitable activity, sparking excellent investment opportunities. Taking into account its importance, this research aimed to verify which are the accounting choices, regarding biological assets, made by companies in the Non-Cyclical Consumption sector, in the segments of Agriculture, Sugar and Alcohol and Meat and Derivatives of the Brazilian stock exchange B3 (Brazil, Bolsa, Balcão). With regard to the methodological procedures employed, the objective is classified as descriptive, as the approach is qualitative, developed by means of a documentary procedure, based on information from the financial statements and explanatory notes published by the companies. The analysis of this research went through three categories from CPC 29, organizing the information collected in topics related to the resulting characterization in: recognition and measurement, losses and gain and disclosure. As a result, it was shown that in the recognition and measurement category, the analyzed companies evaluate, for the most part, the assets at their fair value and difficulties were identified in showing the groupings made by the companies. In the category of recognition of losses and gains, half of the companies do not perform such recognition, while the others recognize losses and gains when the fair value is assessed and when the revenue decreases or increases. The disclosure category was the least fulfilled by the companies, with only three of the ten companies distinguishing the group in consumables and for production, or in mature and immature.

**Keywords:** Accounting Choices, Biological Assets, CPC 29.

## LISTA DE QUADRO

|  |    |
|--|----|
| Quadro 1. Seleção da amostra de empresas listadas na B3.....         | 19 |
| Quadro 2. Empresas Seleccionadas.....                                | 20 |
| Quadro 3. Categorização das Escolhas Contábeis segundo o CPC 29..... | 21 |
| Quadro 4 – Escolhas contábeis: Reconhecimento e mensuração.....      | 26 |
| Quadro 5 – Escolhas contábeis: Reconhecimento de perda ou ganho..... | 28 |
| Quadro 6 – Escolhas contábeis: divulgação.....                       | 29 |
| Quadro 7 – Informações Adicionais.....                               | 32 |

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| 1 INTRODUÇÃO .....   | 11 |
| 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....   | 13 |
| 2.1 Escolhas Contábeis .....   | 13 |
| 2.2 Ativo biológico e produto agrícola - pronunciamento técnico CPC 29 ..... | 15 |
| 2.3 Estudos Anteriores .....   | 17 |
| 3 METODOLOGIA DA PESQUISA .....  | 19 |
| 4 ESTUDO DE CASO .....   | 22 |
| 4.1 Caracterização da Amostra .....  | 22 |
| 4.2 Categoria Reconhecimento e Mensuração do Ativo Biológico .....           | 25 |
| 4.3 Categoria Ganhos e Perdas do Ativo Biológico .....                       | 27 |
| 4.4 Categoria Divulgação do Ativo Biológico .....                            | 29 |
| 4.5 Informações Adicionais Averiguadas .....                                 | 31 |
| 4.6 Discussão do Resultados .....  | 33 |
| 5 CONCLUSÃO.....   | 35 |
| REFERÊNCIAS.....   | 37 |

## 1 INTRODUÇÃO

A prática da “escolha” é realizada pelas pessoas independentemente do contexto em que estão inseridas ou do ambiente em que se encontram. Em relação à contabilidade não é diferente, mesmo sendo uma área normatizada existem possibilidades de múltiplas escolhas contábeis (Melillo, Bragança & Medeiros, 2019). Esta flexibilização fornecida pelas normas contábeis, possibilita aos profissionais utilizarem de escolhas contábeis para a elaboração das demonstrações contábeis e para divulgações aos usuários externos. De certa forma, as escolhas contábeis representam a discricionariedade quanto as políticas contábeis adotadas pela empresa que podem representar uma evidenciação mais próxima da realidade (Colla, Klein & Zanchet, 2019).

As escolhas contábeis referem-se as opções que constam nos critérios de mensuração, reconhecimento e evidenciação da informação contábil, no entanto as escolhas contábeis não são decididas exclusivamente pelo contador, mas são determinadas pela gestão da empresa como suporte da contabilidade. Neste ponto surge o poder discricionário do gestor em optar por uma política contábil em detrimento à outra. Estas opções podem influenciar no resultado da atividade, no grau de comparabilidade das informações contábeis, dentre outras interferências (Botinha, Ngangab & Tavaresc, 2017).

Tendo em vista a importância e o crescimento do setor do agronegócio no Brasil e a convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê dos Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu em 2009 o pronunciamento técnico 29, que visa regulamentar os tratamentos contábeis referentes à mensuração de ativos biológicos e produtos agrícolas (Talaska & Oliveira, 2017). Seu principal objetivo concerne em “estabelecer o tratamento contábil e as respectivas divulgações, relacionados aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas” (CPC 29, 2009, pg. 01). De acordo com este pronunciamento, os ativos biológicos são compostos por animais ou plantas vivas, desde o seu nascimento ou plantio até o ponto de abate ou colheita (Cunha, Martins & Machado 2013). Com esta normativa surgiu à obrigatoriedade de contabilizar a transformação (evolução) biológica dos animais e plantas destinadas a comercialização nas demonstrações contábeis destas empresas.

No entanto, é possível identificar algumas flexibilizações no pronunciamento técnico, como, por exemplo, a mensuração do ativo biológico, em que a prática de mensuração habitualmente utilizada era o seu custo, após a introdução do CPC 29, o reconhecimento dos ativos biológicos podem ser mensurados pelo seu valor justo, salvo em ocasiões em que não se tem confiabilidade de mensuração. Ou seja, com a emissão do CPC 29 as organizações podem optar por elaborar suas demonstrações utilizando do poder discricionário para optar pela opção que melhor retratar a sua realidade.

Diante da relevância deste tema, estudos vêm sendo desenvolvidos abordando o tema referente aos ativos biológicos com diferentes análises, dentre eles Botinha, Santos e Lemes (2013) que objetivaram desenvolver um comparativo entre as companhias abertas brasileiras analisando as escolhas contábeis e como estas afetam o grau de comparabilidade dos relatórios financeiros. Já, Da Cunha, Martins e Machado (2013) analisaram a relevância da adoção do valor justo para a mensuração dos ativos biológicos em empresas brasileiras do setor do agronegócio e Wanderley, Silva e Leal (2012) concretizaram uma análise das principais empresas do agronegócio brasileiro, avaliando o grau de observância das disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 29 em relação dos ativos biológicos e produtos agrícolas. Talaska e Oliveira (2017) realizaram uma análise pós-adoção do valor justo. Porém, os artigos não apresentam a tratativa específica referente as escolhas contábeis sobre o CPC 29, portanto, justifica-se a importância da presente pesquisa, que visa atender a esta lacuna da literatura.

Considerando o exposto, a presente pesquisa buscar responder a seguinte questão de pesquisa: Quais as escolhas contábeis, referentes aos ativos biológicos, são realizadas em empresas brasileiras de capital aberto? Por conseguinte, o objetivo desta pesquisa concentra-se em verificar quais são as escolhas contábeis, referente a ativos biológicos, realizadas pelas empresas do setor de Consumo Não Cíclico, dos segmentos de Agricultura, Açúcar e Alcool e Carnes e Derivados da bolsa de valores brasileira B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

Justifica-se a realização desta pesquisa, devido à relevância do tema das escolhas contábeis, visto que este é pouco abordado quando relacionado ao CPC 29 - Ativo Biológico e Produto agrícola. Também, por suas contribuições para a área profissional, em que fornece um auxílio aos responsáveis por elaborar e divulgar as

demonstrações contábeis em relação aos ativos biológicos e produtos agrícolas. Para a literatura, municia uma perspectiva sobre as escolhas contábeis realizadas pelas organizações referente a instrução do CPC 29.

É importante frisar que, com a convergência da contabilidade aos padrões internacionais, as empresas divulgam as informações contábeis com maior uniformidade, permitindo assim uma melhor interpretação das informações contidas nas demonstrações contábeis. Neste sentido, a pesquisa se diferencia das demais por abordar a aplicação do pronunciamento técnico CPC 29 pelas empresas estudadas enfatizando as escolhas permitidas nesta aplicação. Abordando o que é permitido que a gestão escolha o procedimento a ser adotado, sem que esteja descumprindo a norma.

Esta pesquisa está dividida em cinco seções, a primeira consiste nesta introdução, seguida de um referencial teórico abordando as escolhas contábeis e o CPC 29 para melhor compreensão do tema, sendo finalizado com os estudos precedentes. Na terceira seção encontra-se a metodologia utilizada para atingir ao objetivo proposto, na sequência é apresentado os resultados encontrados a partir da análise das notas explicativas das empresas observadas, com tabelas de categorização das escolhas contábeis evidenciadas no CPC 29, e por fim encontra-se na seção cinco as considerações finais desta pesquisa.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Escolhas Contábeis**

Uma escolha contábil pode ser definida atualmente como uma decisão que tem por objetivo influenciar a produção das informações contábeis. Essa decisão quando tomada afeta não somente as informações financeiras, mas reflete também nas declarações fiscais e documentos regulatórios (Andrade, Silva & Malaquias, 2013). Para Fields, Lys & Vincent, (2001, p.256) uma escolha contábil “é qualquer decisão cuja finalidade seja influenciar [...] a saída do sistema contábil de uma maneira particular, incluindo não somente as demonstrações financeiras publicadas [...], mas também as declarações de imposto e os relatórios exigidos por lei”.

Com a aprovação dos Pronunciamentos Contábeis no Brasil, os quais foram criados para unir esforços com *International Accounting Standards Board* (IASB), surgiu a flexibilização de algumas normas, as quais possibilitam diferentes escolhas para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos usuários externos (da Silva, Martins & Lemes, 2016). Cabe destacar, que a IASB não obteve a intenção de oportunizar as escolhas contábeis, todavia, declara como legais as escolhas contábeis contidas na Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), com o propósito de que essas opções sejam minimizadas para aperfeiçoamento da norma (Botinha, Santos & Lemes, 2013).

Esta flexibilização fornecida pelas normas contábeis é necessária para assegurar que as representações das informações contábeis sejam fidedignas e mais próximas da realidade vivenciada pelas empresas. No entanto, existem gestores que se utilizam das diferentes práticas contábeis na busca de outros objetivos (da Silva, Martins & Lemes, 2016). Nas últimas décadas as escolhas contábeis têm sido objeto de estudos, os quais buscam contribuir para a consolidação da teoria das escolhas contábeis, entretanto, a diversidade dos motivos que influenciam tais escolhas, tem dificultado a concretização de uma teoria amplamente aceita (Collin, Tagesson, Andersson, Cato & Hansson, 2009).

As escolhas contábeis compreendem itens tais como: mudanças de práticas ou estimativas contábeis, escolhas do momento de adoção de uma nova norma contábil (sob critérios dos órgãos reguladores), escolhas de métodos diferentes entre empresas e indústrias, escolhas de diferentes níveis de evidenciação, e escolhas reais com o objetivo de influenciar os números contábeis (Silva, 2008).

Estas escolhas podem ser verificadas nos CPCs e por sua vez influenciam: na mensuração dos ativos como por exemplo: os estoques, investimentos, imobilizados, reconhecimentos de eventos no balanço patrimonial, depreciação, destacando ainda a influência direta nos níveis de divulgação das informações (da Silva, Martins & Lima, 2018). É importante ressaltar que as escolhas contábeis podem variar de empresa para empresa devido a incentivo econômico e legislações diferenciadas para determinados segmentos (da Silva, Martins & Lima, 2018)

Em síntese, as escolhas contábeis impactam nas informações contábeis e podem influenciar na comparabilidade destas informações. Visto que, caso empresas do mesmo segmento e porte optarem por formas de mensuração

diferentes, os usuários externos podem vir a ter dificuldades para realizar a comparabilidade das mesmas (Botinha, Santos & Lemes, 2013). Por conseguinte, mesmo havendo a adoção as IFRS, as quais apresentam o objetivo de criar padrões que harmonizem os documentos contábeis, as opções contábeis explícitas e implícitas, as interpretações e a necessidade de estimativas fornecem ao meio contábil alternativas de escolhas em suas práticas (Haller & Wehrfritz, 2013). Para Jaafar e Mcleay (2007, p.157) esta “diversidade na contabilidade é resultado natural de variadas circunstâncias de negócios, que, por necessidade, podem exigir diferentes tratamentos contábeis.

## **2.2 Ativo biológico e produto agrícola - pronunciamento técnico CPC 29**

A criação do Comitê dos Pronunciamentos Contábeis no Brasil teve como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre os procedimentos contábeis e sua divulgação, tendo como base as normas IAS/IFRS, com o intuito de uniformizar e centralizar os processos de produção, aproximando assim a contabilidade brasileira aos padrões internacionais (CPC, 2010).

Devido à importância do setor do agronegócio no Brasil, sua complexidade e sua incerteza na mensuração, criou-se em 28 de agosto de 2009 a NBC TG 29, que passou a normatizar a elaboração e a publicação das demonstrações contábeis deste segmento econômico. O referido pronunciamento tem como objetivo principal estabelecer o tratamento contábil relacionado aos ativos biológicos e aos produtos agrícolas (Macedo, Campagnoni & Rover, 2016). Desta forma, empresas que possuem ativos biológicos ou produto agrícola em suas atividades devem atender as orientações mencionadas neste pronunciamento.

Cabe ressaltar que este pronunciamento não se refere ao tratamento dos processos dos produtos agrícolas após a sua colheita, como por exemplo o processamento do leite para a produção de queijos, por laticínios, mesmo que este tenha produzido e ordenhado o leite (Wanderley, Silva & Leal, 2012). O CPC 29 relata definições para Ativos Biológicos e Produto agrícola, sendo que os ativos biológicos são animais ou planta vivos, desde o seu nascimento ou plantio, até o seu abate ou ponto de colheita, em que posteriormente após a colheita ou o abate do

ativo biológico estes passam a ser classificados como produto agrícola (CPC 29, 2009).

Um dos principais pontos trazidos pelo CPC 29 é o reconhecimento e a mensuração destes ativos, nele orienta-se reconhecer o ativo biológico somente quando a empresa controla o ativo como resultado de eventos anteriores; quando o ativo trazer benefícios econômicos futuros em prol da entidade e o reconhecimento pode ser feito pelo valor justo ou ainda quando o custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente (CPC 29, 2009).

Referente ao reconhecimento dos ativos biológicos é importante ressaltar que o pronunciamento admite a opção de que quando não se é confiável o reconhecimento pelo valor justo e não se tem um mercado ativo, pode-se reconhecer um ativo biológico pelo valor de seu custo. Essa situação pode ser explicada pelo fato de que esse ativo, por ser um ser vivo, possui transformações ao passar do tempo (crescimento, engorda, etc.). Com isso se tem a necessidade de fazer este reconhecimento da maneira que melhor se adequa aos benefícios econômicos da empresa (Botinha, Santos & Lemes, 2013). Caso haja mercado ativo deve-se reconhecer o ativo biológico ou o produto agrícola, considerando a sua localização e condições atuais, pelo valor cotado neste mercado sendo este o valor base para mensuração do valor justo (Wanderley, Silva & Leal, 2012).

O valor do ganho ou da perda oriundo da transformação do ativo biológico no decorrer do seu desenvolvimento deve ser reconhecido pelo valor justo menos as despesas com a venda dos ativos biológicos (Wanderley, Silva & Leal, 2012). A mensuração do ativo biológico pode ser realizada pelo seu valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto quando o valor justo não possui confiabilidade, ou seja, não retratará o real valor do ativo no momento. Sendo assim, o CPC 29 disponibiliza a opção de mensurá-lo pelo valor de custo menos qualquer depreciação e perda por irrecuperabilidade acumuladas. A mensuração do produto agrícola pode seguir as mesmas considerações dentro de suas características (CPC 29, 2009).

Quando se é mensurado o ativo biológico ou produto agrícola pelo custo este por vezes pode se aproximar do valor justo e vice e versa. Isto ocorre quando uma pequena transformação biológica no momento inicial até o encerramento do período, como por exemplo árvores frutíferas que são plantadas por mudas ou sementes no

período imediatamente anterior ao do encerramento das demonstrações contábeis. Ou ainda quando não se espera que o impacto da transformação do ativo sobre o preço seja material, como por exemplo o desenvolvimento de plantações de pinos o qual tem um ciclo de produção de 30 anos, nestas situações as demonstrações podem apresentar classificações de consumíveis ou não consumíveis (CPC 29, 2009).

Portanto, a divulgação dos ativos biológicos e produtos agrícolas possuem algumas exigências que são: a) divulgação dos ganhos e perdas do período corrente referentes às variações no valor justo; b) descrição de cada grupo de ativos biológicos; c) descrição da natureza das atividades envolvendo cada grupo de ativos biológicos; d) mensurações ou estimativas não financeiras de quantidade físicas de cada grupo de ativos biológicos no final do período e da produção agrícola durante o período; e) evidenciação do método e das premissas significativas aplicados na determinação do valor justo; f) conciliação das mudanças no valor contábil de ativos biológicos entre o início e o fim do período corrente (Scherer, Munhoz & Roth, 2014).

### **2.3 Estudos Anteriores**

Em observação a literatura concernente as escolhas contábeis e com relação ao CPC 29 – Ativos Biológicos e Produtos Agrícolas, apresentam-se estudos com diferentes tratamentos e análises. Sendo o estudo de Wanderley, Silva e Leal (2012) que avaliaram o grau de observância das disposições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 29, em relação aos ativos biológicos, em três grandes empresas do agronegócio brasileiro: JBS, Brasil Foods e Marfrig Group. Analisaram os dados contidos nas informações trimestrais destas empresas, buscando evidenciar a aplicação do CPC 29.

Na ausência do cumprimento da norma, buscou-se nas notas explicativas e nos relatórios da administração uma posição explicando o fato. Com isso percebe-se que as empresas pesquisadas devem possuir uma postura mais atuante em relação às normas exigidas pelo CPC, levando em consideração que a aplicação da pesquisa se deu no ano de 2010 em que o pronunciamento entrou em vigor.

O nível de evidenciação nas empresas listada na B3 conforme as normas do CPC 29 foram estudadas por Talska e Oliveira (2017) em que usaram um *checklist*

com 25 itens, no intuito de mensurar o nível de evidenciação no período de 2011 a 2013. Concluíram que existe uma grande variação na divulgação entre as empresas e que nenhuma das empresas atendeu na totalidade os preceitos propostos pelo CPC 29. Algumas empresas se aproximaram do número máximo de itens exigidos para a divulgação, outras empresas apresentaram omissão em atender a legislação vigente. Ressaltam que não houve evolução no nível de evidenciação no período analisado, tendo apenas uma pequena variação quando comparado ao a pesquisa desenvolvida por Barros et al. (2012) realizada com dados dos anos de 2008 e 2010.

Já o uso das escolhas contábeis na mensuração dos ativos biológicos nas empresas brasileiras listadas foi abordado por Botinha, Santos e Lemes (2013), os pesquisadores evidenciaram o impacto das escolhas contábeis aplicadas à mensuração dos ativos biológicos e ao valor justo nas empresas brasileiras de capital aberto após a adoção da IFRS. A pesquisa foi delineada por uma abordagem quantitativa e descritiva, que levou em consideração os relatórios financeiros das empresas. Observaram a forma de mensuração dos ativos biológicos, se foi pelo valor justo ou pelo histórico de custo no período de 2008 a 2012. Concluíram que as empresas analisadas apresentavam a mensuração pelo custo antes da adoção do CPC 29 e passaram a mensurar ao valor justo após a sua adoção, havendo assim uma mudança significativa.

Barros *et al.* (2013) buscou analisar o impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos levando em consideração as empresas listadas na B3, no exercício de 2008 a 2010. Para realizar a análise, desenvolveram uma pesquisa bibliográfica e documental, na qual foi possível concluir que a aplicação do CPC 29 apresentou forte impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos. Constatou-se também que as informações sobre os ativos biológicos disponibilizados nas notas explicativas são insuficientes para a compreensão da real situação desses ativos.

A análise da evidenciação antes e depois do CPC 29 sobre a mensuração de ativos biológicos foi estudada por Figueira e Ribeiro (2015), que verificaram o comportamento das evidenciações sobre a mensuração destes ativos no período de 2008 a 2012. Utilizaram do método de pesquisa qualitativa, descritiva, levando em consideração as informações sobre os ativos biológicos de 30 companhias listadas na B3. Constataram que ainda são escassas as informações evidenciadas a respeito

das premissas utilizadas na determinação do valor justo pela metodologia de fluxo de caixa descontada, apesar de ser o mais usual. Compreendendo assim, que as empresas possuem um certo grau de subjetividade na mensuração dos ativos biológicos.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O delineamento metodológico desta pesquisa fundamenta-se quanto ao seu objetivo como uma pesquisa descritiva, uma vez que descreve os aspectos e comportamentos de uma determinada população observada (Raupp & Beuren, 2009), descreve, também, as escolhas contábeis realizadas pelas empresas sujeito da amostra quanto aos seus ativos biológicos. Quanto a abordagem do problema, classifica-se como qualitativa, pois segundo Richardson (1999, p.8) “podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais”, sendo estas características empregadas na análise das informações levantadas dos sujeitos da pesquisa.

O procedimento da pesquisa é classificado documental, em que se utilizou as notas explicativas e os balanços patrimoniais referentes ao ano calendário de 2018, divulgadas pelas empresas objeto de estudo. As empresas analisadas apresentam atividades de agricultura, zootecnia e culturas permanentes. A definição da amostra resultou da observação aos setores da B3, e dos segmentos que apresentassem as atividades supracitadas. O quadro 1 demonstra o processo da seleção da amostra.

**Quadro 1. Seleção da amostra de empresas listadas na B3**

| <b>Etapas de seleção das empresas</b>   | <b>Nº de Empresas</b> |
|---|-----------------------|
| Empresas listadas no setor Consumo não Cíclico  | 25                    |
| (-) Eliminação por escolha de segmentos   | (12)                  |
| (=) Empresas que compõem os segmentos Agricultura, Açúcar e Alcool e Carnes e Derivados | 13                    |
| (-) Empresas não listadas no nível de governança corporativa Novo Mercado               | (3)                   |
| (=) Total de empresas da amostra  | 10                    |

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Em análise aos setores da B3, identificou-se que empresas listadas no setor de Consumo Não Cíclico atendiam as características almejadas pela pesquisa, este setor é composto por 25 empresas de diferentes atividades, sendo divididas em 8 segmentos distintos. Optou-se então por escolher segmentos que apresentassem maior alinhamento com as características das atividades de agricultura, zootecnia e cultura permanente, resultando em 3 segmentos, sendo eles: I) Agricultura, II) Açúcar e Alcool, e III) Carnes e Derivados, perfazendo um total de 13 empresas pré-selecionadas. Visando a qualidade e transparência das informações a serem analisadas, definiu-se as características das empresas estarem listadas no indicador de governança corporativa da bolsa de valores brasileira, nível Novo Mercado, com esta diretriz de seleção restaram 10 empresas que atendiam aos critérios da pesquisa, as quais encontram-se evidenciadas no Quadro 2.

**Quadro 2. Empresas Selecionadas**

| Setor               | Segmento          | Empresas                                |
|---------------------|-------------------|---|
| Consumo Não Cíclico | Agricultura       | BRASILAGRO - CIA BRAS DE PROP AGRICOLAS |
|                     |                   | POMIFRUTAS S/A                          |
|                     |                   | SLC AGRICOLA S.A                        |
|                     |                   | TERRA SANTA AGRO S.A.                   |
|                     | Açúcar e Alcool   | BIOSEV S.A.                             |
|                     |                   | SAO MARTINHO S.A.                       |
|                     | Carne e Derivados | BRF S.A.                                |
|                     |                   | JBS S.A.                                |
|                     |                   | MARFRIG GLOBAL FOODS S.A.               |
|                     |                   | MINERVA S.A.                            |

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Os documentos analisados foram coletados através das publicações divulgadas pelas empresas selecionadas no site da B3, conjuntamente foi baixado o programa Empresa.Net versão 15.0.0, disponibilizado para operacionalizar a comparação das demonstrações financeiras. A coleta das informações analisadas ocorreu por meio da criação de um checklist advindo das escolhas contábeis presentes no CPC 29 (2009). Em que foi levado em consideração a palavra “pode” para classificar uma escolha contábil, no texto do referido CPC. Após a coleta das informações, estas foram classificadas em categorias e passaram pela técnica de

análise de conteúdo por categorização (Bardin, 2009). A síntese da formulação do Checklist e da categorização das informações é apresentada no Quadro 3.

**Quadro 3. Categorização das Escolhas Contábeis segundo o CPC 29**

| Categories                  | Itens do CPC 29 | Escolha Contábil   |
|-----------------------------|-----------------|--|
| Reconhecimento e mensuração | 10 c            | Reconhecimento por Custo Histórico do Ativo Valor Justo do Ativo   |
|                             | 15              | Agrupamento de contas de estoque Sem Agrupamento de Contas de Estoque  |
| Ganhos e perdas             | 27              | Reconhecimento inicial da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Zootécnica Reconhecimento no Final da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Zootécnica   |
|                             | 29              | Reconhecimento inicial da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Agricultura Reconhecimento no Final da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Agricultura |
| Divulgação                  | 43- 44- 45      | Distinção de grupos de Ativos Biológicos (maduros e imaturos) Sem distinção de grupos de Ativos Biológicos (maduros e imaturos)  |
|                             | 43-44- 45       | Distinção de Fase das Ativos Biológicos (CP, ver anotações que a Lu fez das siglas_ Sem Distinção de Fase das Ativos Biológicos (CP, ver anotações que a Lu fez das siglas_          |

Fonte: dados da pesquisa (2019)

As limitações do método escolhido, consistem em uma amostra escolhida por conveniência e informações secundária, as quais são fornecidas pelas empresas nas explicativas e balanços patrimoniais. Buscando maior profundidade na análise realizada, também foram ponderadas informações adicionais as escolhas contábeis, sendo elas, as orientações constantes nos itens 12 (custo próximo ao valor de mercado) e 24 (a extinção de contas redutoras, como despesas com vendas dos ativos biológicos) do CPC 29.

## 4 ESTUDO DE CASO

### 4.1 Caracterização da Amostra

O estudo foi realizado com base em três segmentos relacionados ao Setor Não Cíclico apresentado na Bolsa, sendo eles: agricultura; açúcar e álcool e carnes e derivados, analisando assim apenas as empresas enquadradas no segmento de listagem do novo mercado. Dentre as empresas analisadas no segmento da agricultura, a BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas, a Pomi Frutas S.A., SLC Agrícola S.A. e Terra Santa Agro S.A.

A empresa BrasilAgro foi constituída no ano de 2005 e tem como principais atividades a exploração de atividade agrícola, pecuária e florestal de qualquer espécie e natureza e prestação de serviços direta ou indiretamente relacionados; importação e exportação de produtos e insumos agrícolas e relacionados à atividade pecuária; compra, venda e/ou locação de propriedades, terrenos, edificações e imóveis em áreas rurais e/ou urbanas; intermediação em operações de natureza imobiliária de quaisquer tipos; participação, como sócia, em outras sociedades, simples ou empresárias e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e/ou no exterior, relacionadas direta ou indiretamente aos objetivos aqui descritos e administração de bens próprios e de terceiros. A companhia e suas controladas atuam em 10 fazendas distribuídas em 6 estados brasileiros e uma fazenda no Paraguai. Com área de 198.158 hectares de terras próprias e 26.763 de hectares de terras arrendadas.

Em 1962, foi constituída a empresa Pomi Frutas S.A., que tem como atividade preponderante o cultivo e a venda de maçãs, além da fruticultura. Também possui atividades secundárias como o florestamento e o reflorestamento, produção de mudas e sementes, apicultura, extrativismo vegetal e florestal, nativas ou formadas, industrialização de frutas, comércio, exportação de frutas, verduras e seus derivados, insumos e embalagens. Além de prestação de serviço nas áreas de classificação e armazenagem de produtos vegetais. Atualmente está localizada no sul do Brasil, no estado de Santa Catarina, tem uma capacidade de processamento de até 40 mil toneladas de maçãs por ano.

A SLC Agrícola S.A. foi fundada no ano de 1977, atualmente com sede no estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Com o passar dos anos a SLC Agrícola S.A se tornou uma das maiores produtoras mundiais de grão e fibras, tendo como objeto social as atividades de agricultura e pecuária; produção e comercialização de sementes e mudas; beneficiamento e comercialização de seus produtos, podendo exportar e importar bens para o seu uso e consumo próprio; fornecimento de bens e produtos agropecuários primários e mercadorias em geral; prestação de serviços de recepção, limpeza, secagem e armazenamento de cereais de terceiros; prestação de serviços com máquinas e implementos agrícolas para terceiros; comércio, importação e exportação de produtos agrícolas; atividade agroindustrial de industrialização de cana-de-açúcar, álcool e seus derivados; e participação em outras sociedades; aluguel de imóveis próprios. A empresa possui 16 unidades de produção, localizadas em 6 estados brasileiros, que totalizaram uma área de 404.479 hectares (ha) no ano safra 2017/18, sendo distribuídos em: 230.164 ha de soja, 95.124 ha de algodão, 76.839 ha de milho, e 2.352 ha de outras culturas.

A Terra Santa Agro S.A. foi constituída sob a dominação de Brasil Comercio de Óleos e Vegetais LTDA, no ano de 2003, localizada no estado de São Paulo. No ano de 2016 a CVM (Comissão dos Valores Mobiliários) concedeu à companhia o registro de Companhia Aberta possibilitando assim a negociação de ações ordinárias de sua emissão no mercado de bolsa de valores (B3). Esta empresa explora a atividades agrícolas e tem como principal produção as culturas de soja, milho e algodão. As suas atividades compreendem o cultivo de produtos agrícolas e sua comercialização, a comercialização de insumos agropecuários, o beneficiamento do algodão em caroço com produção própria e de terceiros, prestação de serviço de armazenagem de produtos agrícolas. Suas atividades são exploradas em terras próprias, arrendadas e de terceiros sob regime de parceria agrícola.

Referente ao subsetor de açúcar e álcool, foram analisadas as empresas Biosev S.A. e São Martinho S.A.. A empresa Biosev S.A está localizada no estado de São Paulo e é a segunda maior processadora global de cana-de-açúcar comercializando, assim, seus produtos no Brasil e em mais de 40 países da América do Norte, Europa, África, Ásia, Oriente Médio e Oceania. Têm como atividades preponderantes a produção, o processamento e a comercialização de produtos

rurais e agrícolas, principalmente de cana-de-açúcar e seus derivados; o desenvolvimento de atividades agrícolas em terras próprias ou de terceiros; a exportação, a importação e a comercialização de derivados do petróleo, lubrificantes, combustíveis, graxas e álcool etílico hidratado; a compra, a venda, a importação e a exportação de produtos de origem agrícola e seus derivados; a geração e a comercialização de energia e derivados provenientes de cogeração de energia. A Biosev S.A é uma Companhia do Grupo Louis Dreyfus Company, controlada diretamente pela empresa Sugar Holdings B.V., que possui 59,58% do total das ações.

A São Martinho S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede no estado de São Paulo, têm como atividade o plantio de cana-de-açúcar e a fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar; a cogeração de energia elétrica; exploração de empreendimentos imobiliários; exploração agrícola; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades. Aproximadamente 70% da cana-de-açúcar utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de lavouras próprias, de acionistas, de empresa ligada e de parcerias agrícolas e 30% de fornecedores terceiros. A São Martinho está entre os maiores grupos sucroenergéticos do Brasil, com capacidade aproximada de moagem de 24 milhões de toneladas de cana-de-açúcar e índice médio de mecanização de colheita de 100%, uma referência no setor.

O subsetor da pecuária compreendeu quatro empresas que são elas: BRF S.A., JBS S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Minerva S.A.. Com mais de 80 anos de mercado a BRF S.A é uma multinacional brasileira que surgiu através da fusão de duas empresas, Perdigão e Sadia, no ano 2003 deu origem a um dos maiores complexos agroindústrias do mundo com foco na criação, produção e abate de aves e suínos, industrialização, comercialização e distribuição de carnes *in natura*, produtos processados, massas, vegetais congelados e derivados de soja. Na data da pesquisa a JBS já possuía mais de seis anos de história e está presente em mais de 16 países, no ano de 2007 seu capital foi aberto e suas ações negociadas na BM&Bovespa, possui sua sede localizada no estado de São Paulo e a companhia tem como principais atividades o processamento de bovinos: abate, frigorificação, industrialização e produção de conservas e subprodutos derivados de carnes,

industrialização, beneficiamento e comercialização de couros, produção e comercialização de latas de aço, resinas plásticas, massa base para produção de sabão e sabonete, sabão e sabonete em barra, biodiesel, glicerina, oleína, ácido graxo, colágeno e envoltório derivado de tripa bovina; gerenciamento de resíduos industriais; compra e venda de grãos de soja, sebo, óleo de palma, soda cáustica, estearina; operações próprias de transporte; prestação de serviço de industrialização de biscoito para cães; venda direta ao consumidor de carnes e itens correlatos através de lojas denominadas "Mercado da Carne"; produção, cogeração e comercialização de energia elétrica e centros de distribuição e terminais portuários.

Marfrig Global Foods é uma companhia de capital aberto que possui 22 unidades de abate, 12 unidades de processamento e oito centros de distribuição instalados no Brasil, Argentina, Uruguai, Chile e Estados Unidos, na data da pesquisa a empresa encontra-se como uma das líderes na produção de carne bovina no mundo. As atividades da empresa se dividem em produção, processamento, industrialização, venda e distribuição de produtos à base de proteína animal (bovinos, ovinos e peixes). A empresa possui um portfólio de produtos diversificado os quais são distribuídas para as maiores redes de restaurantes e supermercados do mundo chegando a atingir aproximadamente mais de 100 países. A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada na cidade de São Paulo.

A Minerva Foods S.A. é uma das líderes em produção e comercialização de carne *in natura* e seus derivados, exportação de gado vivo, além de atuar no processamento de carne na América do Sul, tem sua sede fixada na cidade de Barretos – São Paulo e atualmente opera com 11 unidades industriais no Brasil com capacidade de abate de 11.880 cabeças de gado por dia e de desossa de 14.928 cabeças por dia. Suas atividades compreendem o abate e processamento de carnes; comercialização de carnes *in natura* resfriadas, congeladas e processadas; e exportação de gado vivo.

#### **4.2 Categoria Reconhecimento e Mensuração do Ativo Biológico**

O quadro 4 demonstra as escolhas contábeis do CPC 29 realizadas pelas empresas nos itens 10(c) referente a mensuração do Ativo biológico ao seu valor

justo ou pelo custo histórico, também apresenta escolhas contábeis referente ao reconhecimento dos ganhos e perdas dos ativos mencionado no CPC em seus itens 27 e 28.

**Quadro 4 – Escolhas contábeis: Reconhecimento e mensuração**

| Setor             | Empresas             | Escolhas Contábeis            |                                  | Informações Adicionais   |                                  |
|-------------------|----------------------|-------------------------------|----------------------------------|--|----------------------------------|
|                   |                      | Escolha 1- Referente ao Custo | Escolha 2- Agrupamento de contas | Escolha 1- Referente ao Custo  | Escolha 2- Agrupamento de contas |
| Agricultura       | Brasilagro           | VJ*                           | <b>SIM</b>                       | Agricultura: Fluxo de Caixa Descontado<br>Pecuária: Valor de Mercado               | Agrupamento por Atividade        |
|                   | Pomifrutas           | CH**                          | SIM                              | Custo Médio  | Agrupamento pelo Produto         |
|                   | SLC Agrícola         | VJ**                          | <b>SIM</b>                       | Fluxo de Caixa Descontado  | Agrupamento por Atividade        |
|                   | Terra Santa Agro     | VJ**                          | <b>SIM</b>                       | Rentabilidade Futura estimada  | Agrupamento por Atividade        |
| e Açúcar Alcool   | Biosev               | VJ**                          | <b>SIM</b>                       | Fluxo de Caixa Descontado  | Apenas um Produto                |
|                   | São Martinho         | VJ**                          | <b>SIM</b>                       | Fluxo de Caixa Descontado  | Apenas um Produto                |
| Carne e Derivados | BRF                  | VJ**                          | <b>SIM</b>                       | Animais: Técnica <i>cost approach</i><br>Floresta: Fluxo de Caixa descontado       | Agrupamento por Atividade        |
|                   | JBS                  | VJ**                          | <b>SIM</b>                       | valor de mercado, ciclo de vida médio, período de postura de ovos, e de reprodução | Agrupamento por Atividade        |
|                   | Marfrig Global Foods | CH*/VJ**                      | <b>SIM</b>                       | Bovinos: <i>Mark to Market</i> – MtM<br>Aves: Custo de Aquisição                   | Agrupamento por Atividade        |
|                   | Minerva              | VJ**                          | <b>SIM</b>                       | no conceito “ <i>Mark to market</i> - MtM”.  | Agrupamento por Atividade        |

\*CH- Custo Histórico, \*\*VJ – Valor Justo

Fonte: Dados da Pesquisa (2019).

Observando a instrução do CPC 29 no item 10 – b, o ativo biológico deve ser reconhecido pelo seu valor justo ou custo, quando puder ser mensurado confiavelmente. Levando em consideração o que a instrução reporta, podemos observar que a maioria das empresas cumpre com os requisitos do pronunciamento. Porém, entre as 10 empresas analisadas foi possível identificar que a Pomi Frutas S.A., optou por mensurar seus ativos biológicos pelo valor do custo médio de

aquisição. Pois, entende-se por meio das notas explicativas, que para a apuração do custo do produto vendido leva-se em conta que nos primeiros seis meses do ano, toda a fruta recebe somente o custo do pomar, não agregando assim os custos de armazenagem, classificação e embalagem, justificando assim esta escolha.

Já, a empresa Marfrig Global Foods mensura seus ativos biológico levando em consideração as duas opções existente no CPC 29. Desta forma, o produto gado bovino é mensurado com base no conceito do método mercado a mercado (*Mark to Market* – MtM). Levando em consideração as cotações da arroba do boi/vaca disponível no mercado e reconhecendo os efeitos dessa valorização diretamente no resultado. Já, as aves produzidas pela Marfrig Global Foods estão mensuradas pelo valor de formação, justificando essa avaliação pelo fato do produto não possuir cotação de mercado para esses animais, e percebeu pela companhia que o custo de formação das aves se aproxima do valor justo. As demais empresas mensuraram seus ativos biológicos pelo valor justo. Na análise das notas explicativas notou-se que utilizam alguns métodos para chegar ao valor justo, destacando-se assim o método de fluxo de caixa descontado, valor de mercado, rentabilidade estimada, técnica de *cost approach* (que representa um montante próximo ao custo para produzir um animal em mesmo grau de maturidade no seu ciclo de vida).

O CPC 29 (2009) também orienta que para facilitar a mensuração do ativo pelo valor justo, pode-se fazer agrupamento dos produtos levando em consideração, por exemplo, a idade ou qualidade. Este item não ficou claro nas demonstrações contábeis analisadas pelo fato de serem elaboradas de forma que as informações são apresentadas muito sintéticas. Para uma melhor avaliação seria necessário analisar as contas analíticas, o que possibilitaria uma melhor visualização dos agrupamentos. Para este item foi levado em consideração a análise das notas explicativas, em que abordavam as explicações do estoque. Com isso foi possível perceber que as empresas fazem esse agrupamento por atividades, como: Agricultura e Pecuária; e outras por produto, exemplo: Frango, Bovinos, Soja, Milho e etc.

### **4.3 Categoria Ganhos e Perdas do Ativo Biológico**

O ganho ou a perda podem ocorrer no reconhecimento inicial do ativo biológico, como por exemplo, o nascimento ou a morte de um bezerro. Foi possível

perceber que a metade das empresas analisadas não deixam claro em suas notas explicativas o momento do reconhecimento da perda ou ganho de seus ativos biológico, inclusive algumas destas empresas nem mencionam se é ou não realizada este reconhecimento, sendo as empresas Pomifrutas S.A., SLC Agrícola S.A., BRF, Minerva e Biosev. Já, as empresas JBS S.A. e Marfrig Global Foods S.A. reconhecem o ganho ou perda no resultado no período em que ocorre a redução ou aumento na receita bruta, oriundo da variação do valor justo dos ativos biológicos.

A Brasil Agro S.A., a Terra Santa Agro S.A. e São Martinho S.A. determinam os ganhos e perdas de seus ativos biológicos pela diferença do valor justo e os custos incorridos com o plantio e os tratos culturais dos ativos até o momento da avaliação e registra-os no resultado do exercício. O quadro 5 demonstra em que momento que a empresa reconheceu o ganho ou a perda em seus ativos biológicos.

**Quadro 5 – Escolhas contábeis: Reconhecimento de perda ou ganho**

| Setor             | Empresas             | Escolhas Contábeis   |  | Informações Adicionais            |
|-------------------|----------------------|--|--|-----------------------------------|
|                   |                      | Reconhecimento inicial da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Zootécnica / Agricultura | Reconhecimento no Final da Perda ou ganho de ativos biológicos de atividade de Zootécnica /Agricultura |                                   |
| Agricultura       | Brasilagro           |  | X  | Reconhece no momento da avaliação |
|                   | Pomifrutas           |  |  | Não deixa claro                   |
|                   | SLC Agrícola         |  |  | Não deixa claro                   |
|                   | Terra Santa Agro     |  | X  | Reconhece no momento da avaliação |
| e Açúcar Alcool   | Biosev               | X  | X  | Reconhece porem não deixa claro   |
|                   | São Martinho         | X  |  | Histórico de perdas ocorridas     |
| Carne e Derivados | BRF                  |  |  | Não deixa claro                   |
|                   | JBS                  | X  |  | Na apuração do valor justo        |
|                   | Marfrig Global Foods | X  |  | Na apuração do valor justo        |
|                   | Minerva              |  |  | Não deixa claro                   |

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

#### 4.4 Categoria Divulgação do Ativo Biológico

Em análise das notas explicativas foi possível perceber que somente três entre as dez empresas classificam seus ativos em maduro e imaturos ou consumíveis e não consumíveis. O CPC 29 (2009), no item 43, orienta que a empresa é incentivada a fornecer uma descrição da quantidade de cada grupo de ativos biológicos, distinguindo entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos. Ativos consumíveis são aqueles passíveis de serem colhidos como produto agrícola ou vendidos com ativo biológico, tem-se como exemplo os animais mantidos para produção de carne, plantaço e milho, cana-de-açúcar, soja, milho e etc.

Já, os ativos biológicos para produção são os demais tipos como, por exemplo, animais mantidos para produção de leite, vinhas, árvores frutíferas e etc. Os ativos maduros e imaturos se classificam como: maduros são os ativos que atingem a condição para serem colhidos ou estão aptos para sustentar colheitas regulares. O quadro 6 apresenta as informações das empresas estudadas referente a classificação dos ativos.

**Quadro 6 – Escolhas contábeis: divulgação**

| Setor       | Empresas     | Escolhas Contábeis   |   | Informações Adicionais                              |  |
|-------------|--------------|--|---|---|--|
|             |              | Escolha 1- Distinção de grupos de Ativos Biológicos (maduros e imaturos/ Consumíveis ou de produção) | Escolha 2- Distinção das Fase dos Ativos Biológicos ( CP, PA, ....) | Escolha 1- Distinção de grupos de Ativos Biológicos | Escolha 2- Distinção das Fase dos Ativos Biológicos    |
| Agricultura | Brasilagro   | <b>Sim</b>   | <b>Não</b>  | Gado consumível de Produção                         | Não Apresenta  |
|             | Pomifrutas   | Não  | Sim   | Não Classifica                                      | Classifica: Maças em formação e Floresta em formação   |
|             | SLC Agrícola | Não  | Sim   | Não classifica                                      | Divulga fazes dos produtos agrícola já da pecuária não |

|                   |                      |     |     |   |                                       |
|-------------------|----------------------|-----|-----|---|---------------------------------------|
|                   | Terra Santa Agro     | Não | Sim | Não classifica  | Divulga os ativos conforme suas fazes |
| Açúcar e Alcool   | Biosev               | Não | Não | Não Classifica  | Não apresenta                         |
|                   | São Martinho         | Não | Sim | Não Classifica  | Não deixa Claro                       |
| Carne e Derivados | BRF                  | Sim | Não | Aves e Suínos: Segregados em consumíveis e animais para produção.<br><br>Os animais de abate são classificados como imaturos enquanto não atingem o peso para abate | Não apresenta                         |
|                   | JBS                  | Sim | Não | Animais para abate: maduros<br><br>Reprodução maduros   | Não deixa claro                       |
|                   | Marfrig Global Foods | Não | Não | Não Classifica  | Não Classifica                        |
|                   | Minerva              | Não | Não | Não Classifica  | Não apresenta                         |

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

As empresas Brasil Agro, BRF e JBS foram as únicas empresas que classificaram seus ativos conforme o CPC 29 orienta. A empresa Brasil Agro, no ano de 2016, incluiu em suas atividades a produção pecuária em um projeto de produção e venda de bezerros de corte após o desmame. Classificando os ativos como gado consumível, demonstrando no ativo circulante os animais destinados à produção de carne. Também, classifica como gado de produção as bezerras, novilhas, novilhas prenhas, vacas prenhas, vacas crias, bezerros, novilhos e touros utilizados na condução da operação da fazenda, com a finalidade de contribuir para a geração de outros ativos biológicos, sendo que estes ativos são classificados no ativo não circulante - imobilizado.

As empresas BRF e JBS classificam os animais vivos em consumíveis e animais para produção. Os ativos consumíveis subdividem-se maduros e imaturos. Sendo os animais destinados para a produção de carne e/ou produtos processados e elaborados são classificados como imaturos enquanto não alcançam a condição

para o abate (CPC 29, 2009). As empresas demonstram em suas notas explicativas que os processos de abate e produção ocorrem em um curto espaço de tempo e de forma sequencial e por isso somente os animais vivos transferidos para o abate nos frigoríficos são classificados como maduros. Os animais para produção são aqueles que têm a função produzir outros ativos biológicos e estes enquanto não atingem a idade para reprodução são classificados como imaturo e quando apto para os ciclos produtivos classificam-se como maduros.

Foi observado também se as empresas classificam em fases do processo produtivo seus ativos biológicos, sendo estas fases classificadas por Crepaldi (2012) como culturas temporárias e culturas permanentes, em que englobam os custos primários como sementes, defensivos entre outros. Fase esta, também conhecida como produtos em formação, após o término da colheita os saldos são transferidos para a conta produto agrícola, em que ocorre a adição dos custos de colheitas e despesas com vendas. Porém, devido a limitação das a informação apresentadas de forma sintetizada, não foi possível identificar com clareza a metodologia utilizada pela empresa quanto a classificação das fases dos ativos biológicos. Dentre as empresas analisadas, quatro delas: Pomifrutas S.A., SLC Agrícola S.A., Terra Santa Agrícola S.A., e São Martinho S.A., reconhecem as fases de seus ativos biológicos. Classificando-os em sua maioria como “produto em formação”, entretanto, as empresas BrasilAgro S.A., Biosev S.A., BRF S.A., JBS S.A., Marfrig Global Foods S.A. e Minerva S.A., não deixam claro em suas demonstrações esta classificação.

#### **4.5 Informações Adicionais Averiguadas**

Analizamos também se no momento da mensuração dos ativos biológicos o valor justo se aproxima do custo de formação. No CPC 29 (2009), no item 24, evidencia-se que os custos de produção, algumas vezes, podem se aproximar do valor justo, principalmente quando ocorre uma pequena transformação biológica no ativo biológico desde o seu início. Como por exemplo: as árvores frutíferas brotadas a partir de sementes ou mudas plantadas no período imediatamente anterior ao de encerramento das demonstrações contábeis. Ou, quando não se espera que o impacto da transformação do ativo biológico sobre o preço seja material, tendo como no cultivo de pinus, que possui um ciclo de produção de aproximadamente 30 anos.

Foi averiguado também, se as demonstrações das despesas com vendas estavam evidenciadas no balanço patrimonial como conta redutora no ativo ou se estas despesas eram subtraídas no momento da mensuração do valor justo dos ativos.

#### Quadro 7 – Informações Adicionais

| Setor             | Empresas             | Item 24 – se custo se aproximam do valor de mercado | Para identificar um erro: Item 12- Se tiver contas redutoras (despesa de vendas) - balanço |
|-------------------|----------------------|---|--|
| Agricultura       | Brasilagro           | Valor justo se aproxima ao valor de mercado         | Reconhece o valor justo menos as despesas de venda   |
|                   | Pomifrutas           | Empresa mensura pelo custo de formação              | Não reconhece  |
|                   | SLC Agrícola         | Não se aproxima                                     | Reconhece o valor justo menos as despesas de venda   |
|                   | Terra Santa Agro     | Valor justo se aproxima ao valor de mercado         | Reconhece o valor justo menos as despesas de venda   |
| Açúcar e Alcool   | Biosev               | Não se aproxima                                     | Não consta   |
|                   | São Martinho         | Não se aproxima                                     | Reconhece o valor justo menos as despesas de venda   |
| Carne e Derivados | BRF                  | Valor justo se aproxima ao valor de mercado         | Reconhece o valor justo menos as despesas de venda   |
|                   | JBS                  | Não deixa claro                                     | Não deixa claro  |
|                   | Marfrig Global Foods | Valor justo se aproxima ao valor de mercado         | Reconhece o valor justo menos as despesas de venda   |
|                   | Minerva              | Não se aproxima                                     | Reconhece o valor justo menos as despesas de venda   |

Fonte: Dados da Pesquisa (2019)

Por meio das notas explicativas da empresa Pomifrutas foi possível identificar que a empresa não mensura seus ativos biológicos pelo valor justo, e utiliza como justificativa a não existência de mercado ativo para o produto comercializado, portanto a empresa evidencia que utiliza o custo médio não havendo a possibilidade de comparar à aproximação ao valor justo. As empresas Minerva, São Martinho, Biosev, SLC Agrícola quando mensuram seus ativos biológicos ao valor justo, o valor destes não se aproxima do valor de custo de produção, sendo que a diferença é reconhecida como perda ou ganho em suas demonstrações contábeis. Entretanto, nas empresas BrasilAgro S.A., Terra Santa Agro S.A., BRF S.A., Marfrig Global Foods S.A., a mensuração pelo valor justo era igual ou muito próxima do valor do

custo de produção de seus ativos, conforme pode ser verificado nas notas explicativas das empresa supracitadas.

Referente ao reconhecimento da dedução das despesas de venda na estimativa do valor do ajuste a valor justo percebeu-se que dentre as empresas classificadas no setor da agricultura apenas a Pomifrutas S.A., não deduz o valor das despesas com vendas no momento da mensuração do ativo biológico, isto se deve pelo fato da empresa optar por mensurar seus ativos biológicos pelo custo histórico. No setor de açúcar e álcool, a empresa Biosev S.A., não apresenta em suas notas explicativas se realiza a dedução das despesas de venda no momento da mensuração do ativo biológico. Já, a empresa São Martinho S.A., reconhece a despesa com vendas conforme orientado CPC 29. Das empresas classificadas no setor de carnes e derivados, apenas a empresa JBS S.A não deixa claro em suas notas explicativas se realiza a dedução das despesas com vendas no momento da mensuração dos ativos biológicos, as demais empresas cumprem as orientações contidas no CPC 29.

#### **4.6 Discussão do Resultados**

Na categoria de reconhecimento e mensuração no requisito do reconhecimento pelo valor justo ou valor histórico, entre as dez empresas analisadas oito delas reconhecem seus ativos pelo valor justo, consoante aos resultados obtidos por Botinha, Santos & Lemes (2013) e adotando para essa mensuração métodos como o de fluxo de caixa descontado, rentabilidade futura, valor de mercado, e a técnica de *Cost Approach*. Entretanto, uma das empresas (Marfrig Global Foods S.A.) utiliza as duas opções para o reconhecimento de seus ativos biológicos, sendo o gado bovino reconhecido pelo valor de mercado e as aves pelo custo histórico. Por fim, a empresa Pomifutas S.A., é a única empresa entre as analisadas que reconhece todos os seus ativos pelo custo histórico. Ao analisarmos o quesito de agrupamento dos ativos biológicos, houve dificuldade em identificar nas notas explicativas se as empresas realizaram agrupamentos dos ativos e quais foram os atributos utilizados. Porém, foi possível visualizar em algumas notas explicativas os agrupamentos quando apresentavam a divulgação dos estoques agrupados por atividade (pecuária ou agricultura) ou por produtos.

A segunda categoria analisada foi referente ao reconhecimento de ganhos e perdas pelos ativos biológicos, percebeu-se que metade das empresas está em desconformidade com a orientação estipulada pelo pronunciamento técnico CPC 29, pois não demonstram e algumas não deixam claro se o realizam e em que momento reconhece as perdas e ganhos oriundos dos ativos. As demais empresas (JBS S.A., Marfrig Global Foods S.A., BrasilAgro S.A., Terra Santa Agro S.A. São Martinho S.A) reconhecem essas perdas e ganhos, dividindo em dois principais momentos: algumas reconhecem no momento da avaliação do valor justo e outras no momento em que ocorre a redução ou aumento na receita.

O terceiro requisito é relacionado à divulgação dos Ativos Biológicos em que o CPC encoraja as entidades a fornecer uma descrição da quantidade de grupo de ativos biológicos, diferenciando eles entre consumíveis e de produção ou entre maduros e imaturos. Constatou-se assim que apenas três empresas cumpriram de acordo com o pronunciamento, consoante aos resultados de Figueira e Ribeiro (2015). Neste contexto, destacou-se a empresa BRF S.A. que cumpriu este requisito em sua totalidade separando assim seus ativos em consumíveis e de produção e em maduros e imaturos.

Também foi analisado se a empresa distinguiu seus ativos pelas fases em que se encontram e foi possível notar que a maioria das empresas não apresentam de forma clara em suas demonstrações as fases que se encontram seus ativos, muito disso se deve a limitação da pesquisa por não ter acesso às demonstrações em forma analítica. De forma que os resultados obtidos nesta pesquisa vão ao encontro dos resultados obtidos por Barros et al. (2012) e Talska, Oliveira (2017), de que existe uma variação na divulgação entre as empresas e que nenhuma das empresas atendeu na totalidade os preceitos propostos pelo CPC 29.

## 5 CONCLUSÃO

Os CPCs são orientações relacionadas aos procedimentos contábeis a serem adotados pelas empresas em consonância com as normas internacionais de contabilidade. Sendo que no conteúdo destes, são apresentadas opções para o registro dos eventos contábeis das empresas. As escolhas contábeis são baseadas na discricionariedade do gestor, que orientado pelo contador-chefe opta pelas possibilidades previstas nos pronunciamentos contábeis. É importante frisar, que tais escolhas não implicam em descumprimento do estabelecido na norma, mas sim, nas permissibilidades relacionadas ao procedimento contábil a ser utilizado.

Diante deste cenário, objetivo desta pesquisa foi verificar quais são as escolhas contábeis, referente a ativos biológicos, realizadas pelas empresas do setor de Consumo Não Cíclico, dos segmentos de Agricultura, Açúcar e Álcool e Carnes e Derivados da bolsa de valores brasileira B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), identificando assim as escolhas contábeis relacionadas ao CPC 29 (2009) e possíveis justificativas para as mesmas. Por meio da análise das notas explicativas do ano calendário 2018 e conjuntamente com o disposto pelo CPC 29, foram elencadas três categorias para a análise das escolhas contábeis, com base na utilização da palavra “pode” no texto, sendo: divulgação, ganhos e perdas e reconhecimento e mensuração. Com isso possibilitou identificar quais escolhas contábeis foram realizadas para a elaboração das demonstrações financeiras.

Percebeu-se por meio das análises das informações coletadas que se possui um consenso ao que tange a mensuração e o reconhecimento dos ativos conforme a orientação do CPC 29. Ao analisar as notas explicativas foi perceptível que as empresas que não reconheceram os seus ativos a valor justo se justificavam pela falta de mercado ativo ou pelo fato de o valor justo não poder ser mensurado confiavelmente, utilizando a opção de mensuração pelo custo histórico do ativo biológico, este fato poder ser explicado devido as empresas possuírem ativos biológicos com características peculiares de suas atividades. Já para a escolha do agrupamento de contas, não haviam informações claras nas notas explicativas avaliadas, o que nos leva ao entendimento que as empresas não priorizam o fornecimento deste tipo de informações para os usuários externos.

Quanto ao reconhecimento das perdas e ganhos, as empresas em sua maior parte realizam este reconhecimento e em uma minoria não foi possível identificar nas notas explicativas, este fato pode ser explicado devido o procedimento de reconhecimento das perdas e ganhos já ter se tornado habitual para as empresas, as quais não identificam a necessidade de expor este tipo de informação. Em relação à divulgação, as empresas ainda não atendem em sua totalidade às orientações do CPC 29, entretanto, há empresas que distinguem os seus ativos biológicos de forma clara e precisa.

Por fim, o quesito divulgação apresentou maior disparidade nas informações encontradas, devido a diversidade dos ativos biológicos analisados, uma vez que as empresas sujeito de pesquisa possuíam características diferentes, além de níveis de divulgações distintos. Quando divulgadas informações referentes às classificações dos ativos biológicos, estas se concentram em maduros e imaturos, consumíveis e de produção, pontos estes que são expostos pelo CPC 29. Estes achados demonstram que as empresas visam atender somente o que é orientado pelo órgão regulador.

A limitação deste estudo relaciona-se ao fato de ser uma pesquisa documental e assim não possuir todos os dados para um aprofundamento no estudo quanto às opções pertinentes as escolhas contábeis das empresas relacionadas ao CPC 29, em nos limitamos a analisar somente as informações divulgadas pelas empresas. Com isso, sugere-se para as pesquisas futuras um aprofundamento nos demais documentos das entidades e um maior conhecimento das questões que motivaram as empresas a optar por tais escolhas, o que pode ser desenvolvido por meio de um estudo de caso, incluindo entrevistas com os gestores das informações contábeis, pois assim poderá compreender e identificar com maior exatidão os motivos das escolhas realizadas por cada empresa.

## REFERÊNCIAS

Andrade, M. E. M. C., da Silva, D. M., & Malaquias, R. F. (2013). Escolhas contábeis em propriedades para investimento. *Revista Universo Contábil*, 9(3), 22-37.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo* (Edição revista e atualizada). Lisboa: Edições

Botinha, R. A., Santos, C. K. S., & Lemes, S. (2013). O uso das escolhas contábeis na mensuração do ativo biológico: um estudo comparativo entre companhias abertas brasileiras. *Anais do Seminários em Administração, São Paulo, Brasil*, 16.

Botinha, R. A., Ngangab, C. S. N., & Tavares, M. (2017). Escolhas Contábeis: Características das Companhias Brasileiras que Optaram pela Manutenção Versus Baixa da Reserva de Reavaliação. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Funda47k,ce*, 8(3).

Crepaldi, S.A. (2012). *Contabilidade rural: Uma abordagem decisorial*. 7° ed. São Paulo; Atlas.

Colla, P.E.B., Klein, S.B. & Zanchet A. (2019). Escolhas contábeis referentes à ativos intangíveis: uma categorização por intermédio do CPC 04. Apresentado XIII Congresso Anpcont 2019. Disponível em: [http://www.anpcont.org.br/pdf/2019\\_CUE126.pdf](http://www.anpcont.org.br/pdf/2019_CUE126.pdf)

Collin, S. O. Y., Tagesson, T., Andersson, A., Cato, J., & Hansson, K. (2009). Explaining the choice of accounting standards in municipal corporations: Positive accounting theory and institutional theory as competitive or concurrent theories. *Critical perspectives on Accounting*, 20(2), 141-174.

CPC 29- Comitê de Pronunciamento Contábil. 09. Ativo Biológico e Produto agrícola. Disponível em <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em 08/05/2019.

da Cunha, A. C., Martins, V. G., & Machado, M. A. V. (2013). Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 9(4), 110-127.

da Silva, D. M., Martins, V. A., & Lemes, S. (2016). Escolhas Contábeis: reflexões para a pesquisa. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 13(29), 129-156.

da Silva, D. M., Martins, V. A., & Lima, F. G. (2018). Escolhas contábeis na demonstração dos fluxos de caixa em companhias listadas no novo mercado da B3. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 15(36), 143-165.

Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 255-307.

Haller, A., & Wehrfritz, M. (2013). The impact of national GAAP and accounting traditions on IFRS policy selection: evidence from Germany and the UK. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, 22(1), 39-56.

Jaafar, A., & McLeay, S. (2007). Country Effects and Sector Effects on the Harmonization of Accounting Policy Choice. *ABACUS*, 43(2), 156-189.

Macedo, V. M., Campagnoni, M., & Rover, S. (2016). Ativos biológicos nas companhias abertas no Brasil: Conformidade com o CPC 29 e associação com características empresariais. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 10(3).

Melillo, P. H., Bragança, C. G., & Medeiros, R. D. V. V. (2019). Escolhas contábeis e gerenciamento de resultados: um estudo sobre o reconhecimento de subvenções governamentais em um hospital filantrópico. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 11(1), 201-219.

Raupp, F. M., & Beuren I. M. (2009). Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas.

Scherer, L. M., Munhoz, T. R., & Roth, T. C. (2014). Fatores explicativos da divulgação de ativos biológicos e produtos agrícolas em empresas de capital aberto e fechado. In VIII Congresso Anpcont (pp. 1-18).

Silva, A. H. C. (2008). *Escolha de práticas contábeis no Brasil: uma análise sob a ótica da hipótese dos covenants contratuais*. (Tese de doutorado), Faculdade de

Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

Talaska, A., & Oliveira, D. D. L. (2017). Nível de disclosure de ativos biológicos nas empresas listadas na BM&FBOVESPA: análise pós-adoção do valor justo. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 21(3), 22-39.

Wanderley, C. A. N., Silva, A. C. D., & Leal, R. B. (2012). Tratamento contábil de ativos biológicos e produtos agrícolas: uma análise das principais empresas do agronegócio brasileiro. *Pensar contábil*, 14(53).

Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso-: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Barros, C. D. C., de Souza, F. J. V., Araújo, A. O., da Silva, J. D. G., & da Silva, M. C. (2013). O impacto do valor justo na mensuração dos ativos biológicos nas empresas listadas na BM&F Bovespa. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 17(3), 41-59.

Figueira, L. M., & de Souza Ribeiro, M. (2015). Análise da evidenciação sobre a mensuração de ativos biológicos: antes e depois do CPC 29. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(26), 73-98.